18º ENPESS
Encontro Nacional de Pesquisadoras e Pesquisadores em Serviço Social
10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia: desafios a uma formação profissional emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Trabalho, Questão Social e Serviço Social

Sub-eixo: As particularidades da contradição capital x trabalho no capitalismo dependente

QUESTÃO SOCIAL NO NORDESTE E DESIGUALDADES REGIONAIS NA REALIDADE BRASILEIRA

EVELYNE MEDEIROS

RESUMO

A questão regional continua expressando a crise do conjunto do país. Essa constatação nos desafia a identificarmos as determinações que fazem da questão regional parte constitutiva da questão social no Brasil. Apresentaremos ao decorrer deste artigo alguns argumentos apoiados na relação entre os critérios de análise da questão social e os estudos sobre o Nordeste na realidade brasileira.

Palavras-chave: Formação social brasileira. Questão social. Nordeste. Questão regional.

RESUMEN

The regional issue continues to express the crisis of the country as a whole. This finding challenges us to identify the determinations that make the regional issue a constitutive part of the social issue in Brazil. Throughout this article, we will present some arguments supported by the relationship between the criteria for analyzing the social issue and studies on the Northeast in the Brazilian reality.

Keywords: Brazilian social formation; Social issues; North East; Regional issue.

INTRODUÇÃO

Em ocasião do *Seminário Nordeste*, realizado em 1982 na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), um conjunto de estudiosos do antigo Programa Integrado de Mestrado em Economia e Sociologia (PIMES) afirmava que a questão regional, passados alguns anos

de “quase silêncio”, estava reaparecendo. Coincidência ou não, de lá para cá, também se passou o mesmo interregno e nos parece que, completados os 60 anos do Golpe de 1964, esse tema passa a requerer de nós novamente maior atenção.

Durante a ditadura empresarial-militar havia uma intenção da “reconquista do Nordeste” (Ianni, 1981) por parte de importantes setores da burguesia, fundamental para a consolidação da autocracia burguesa no Brasil. Se as desigualdades regionais, bem como as diferenças políticas e culturais das diversas regiões, recolocam o Nordeste como problema, devemos nos perguntar se se trata, de fato, de uma questão conjuntural. A resposta a tal indagação certamente demandará, por um lado, conhecer e mesmo retomar um importante legado, repleto de polêmicas, divergências e controvérsias, desenvolvido por uma geração de pesquisadores/as que elegeram a questão regional como centro de suas reflexões; por outro lado, uma análise mais acurada da realidade que possa dar sustentação ao entendimento sobre as inflexões sofridas pela questão regional no último período.

Nos orientamos pela concepção de um Nordeste fortemente diferenciado, parte integrante e integradora da formação social brasileira, onde as associações e dissociações, alianças e conflitos de classes sociais marcam, por assim dizer, o ritmo e o compasso dos processos históricos que tem lugar na região. Um Nordeste que não sintetiza a questão regional no Brasil, mas é o seu centro. Nossa perspectiva parte do pressuposto de que a realidade que parece local está governada e determinada pela dinâmica da produção e reprodução social predominante na sociedade, particularmente brasileira (Ianni, 1981). Nesse sentido, embora seja comum o trato sobre a questão regional como um tema conjuntural, supostamente passível de superação no bojo das relações sociais capitalistas, assumindo o Nordeste certa sazonalidade na sua importância, trata-se, na verdade, de uma questão estrutural. Isto não implica desconsiderar as nuances atuais da marca regional da formação social brasileira, expressas nas disputas eleitorais, no avanço dos processos de expropriação e exploração, na situação de pobreza, na informalização e precarização do trabalho, no acesso à direitos e serviços sociais, no quadro da violência por parte do Estado e do racismo estrutural no Brasil.

Estamos, portanto, diante do desafio de retomar os estudos e as reflexões sobre a questão regional na perspectiva de subsidiar a análise do papel desempenhado pelo Nordeste, ontem e hoje, na conformação das determinações da questão social no Brasil. Apresentaremos ao decorrer deste artigo algumas sínteses e argumentos apoiados na

relação entre os critérios de análise da questão social, os estudos sobre o Nordeste e as desigualdades regionais na realidade brasileira. Isto com o objetivo de demonstrar a relação existente entre questão regional e questão social no Brasil. Em outras palavras, a questão regional como elemento constitutivo da formação social brasileira.

2 Para entender a questão regional

A realidade revela que o Nordeste assume centralidade na questão regional no Brasil. Essa constatação nos desafia a identificarmos alguns pressupostos que, ao nosso ver, dão sustentação e materialidade a essa questão no nosso tempo histórico. Ousamos abordar, esquematicamente, aqueles que entendemos como mais centrais e profundamente imbricados.

O primeiro trata-se do fato de que *a questão regional compõe o desenvolvimento desigual e combinado capitalista*. Isto tendo em vista que a generalização deste desenvolvimento, ao mesmo tempo em que busca integrar países e regiões, de maneira subordinada e hierarquizada, cria e aprofunda, pelos mesmos meios, as desigualdades regionais. Portanto, o desenvolvimento desigual entre territórios de uma mesma formação social está longe de ser uma idiossincrasia de formações sociais como o Brasil. É de Gramsci (1987) uma importante formulação acerca das desigualdades regionais, realizada quando abordava a chamada questão meridional no desenvolvimento do capitalismo na Itália. Por questão meridional, o comunista sardo compreendia a concentração do desenvolvimento capitalista na região Norte da Itália e sua relação com o latifúndio e o baixo desenvolvimento de forças produtivas na região Sul. Importante aqui é a crítica às concepções dualistas que, na Itália de seu tempo, buscavam apreender a questão meridional na contraposição entre o arcaico e o moderno. Também ali as concepções dualistas tinham como consequência a difusão do preconceito regional. Se o arcaico supostamente se apresenta como entrave para as formas modernas de produção e circulação, e se o entrave se concentra no Sul do país, logo o Sul seria em si mesmo o entrave para o desenvolvimento da nação como um todo.

É sem dúvida tentadora a comparação com a questão regional no Brasil. Não obstante a inversão dos pólos, a identificação do Norte e Nordeste com o atraso no desenvolvimento capitalista não apenas vem sendo utilizada como arma ideológica na luta entre as classes

sociais, como pautou historicamente diversas análises acerca da relação entre o moderno e o arcaico em nossa formação social, o que nos remete às reflexões de Francisco de Oliveira (1977, p.3):

> As formas do capital, e seu controle por burguesias regionais, tornavam muito difícil, senão impossível, aquela integração; é apenas quando surge uma forma do capital infinitamente superior às controladas pelas burguesias regionais, no caso o capitalismo monopolista, que a integração ocorre; e essa integração é, em verdade, a consumação do processo de 'nacionalização' do capital, isto é, a de predominância absoluta não apenas de sua essência, a extração de mais-valia, mas de suas leis de movimento, a concentração e centralização do capital. Nisto é que consiste a 'nacionalização' do capital, que não tem nada que ver com a nacionalidade dos seus proprietários; contraditoriamente, essa 'nacionalização' somente se dá quando se está em presença de uma forma do capital, o capitalismo monopolista, que tem forte presença de propriedade estrangeira.

O segundo aspecto, pressuposto do desenvolvimento desigual e combinado, é que *no capitalismo, as regiões se configuram na relação com a divisão social do trabalho e com a luta de classes*. Nessa perspectiva, as regiões são concebidas a partir da relação que ocupam na divisão do trabalho (e, portanto, também na apropriação do excedente econômico). A cadeia de produção e reprodução do capital, combinada regionalmente, garante a oferta a baixo custo de recursos naturais à industrialização nacional, acionando processos de expropriação nas regiões, em especial no Nordeste. Como resultado dessa nova dinâmica, Oliveira (1977, p.51-52), analisando o período de 1947 a 1968, acrescenta o seguinte:

> No geral, as regiões referidas [Sul e Nordeste], a fim de pagarem os produtos industrializados que compram do Sudeste, têm que buscar uma contrapartida de junção de renda; este é um aspecto significativo do impacto da industrialização do Sudeste sobre as outras regiões. [...]. A partir daí, a tendência é de que o Sul e o Nordeste, em suas trocas com o Sudeste, tenham que vender mais produtos primários para comprar produtos industrializados. Ora, é conhecida a deterioração dos termos de troca nesse esquema em detrimento do Nordeste e do Sul.

Sendo um produto da própria organização do trabalho e da distribuição da riqueza na sociedade capitalista, as regiões estão também em constante transformação. O desencadeamento do movimento competitivo entre as regiões demandou um crescimento econômico e uma industrialização, mesmo que tardia, no Nordeste, mediante a transferência de empresas das regiões mais intensivas em tecnologia para as menos intensivas. Além

disso, “o crescimento industrial do Sudeste cria e amplia a fronteira agrícola, reproduzindo, nas margens, formas de acumulação não inteiramente capitalísticas, das quais transfere excedente que vai reforçar a capacidade de acumulação no próprio Sudeste.” (Oliveira, 1977, p.72). Como expressão desse desenvolvimento e de suas novas demandas, Oliveira (1977) sinaliza a criação do Centro-Oeste e as próprias áreas nos arredores de São Paulo, que passaram a cumprir um importante papel na produção agrícola para subsidiar a indústria e a própria reprodução da força de trabalho nascente: o proletariado urbano.

Há, portanto, a reprodução do movimento que impulsiona a transferência de capitais da região mais pobre para a mais rica, reproduzindo constantemente a questão regional. A intervenção do Estado torna-se fundamental, tendo em vista que a questão regional é constituída e publicizada também a partir do acirramento dos conflitos de interesses antagônicos de classes.

A impostação das regiões como fruto da divisão do trabalho em determinado território e período histórico tem consequências ideopolíticas de enorme relevância. Portanto, não é possível afirmar que o Nordeste do Brasil é meramente uma invenção (ideológica). A região é obra das relações de produção e reprodução social. A figura do migrante nordestino é fruto disso, o que expressa a operação de processos de expropriações que, no Brasil, teriam se configurado de maneira mais estrutural e menos episódica. Nessa perspectiva, se, por um lado, o Nordeste é *reserva de superpopulação relativa*, também é, por outro, espaço onde se imbricam dialeticamente uma forma especial de reprodução do capital, e, por consequência, uma forma especial da luta de classes (Oliveira,1981).

A cisão histórica entre Nordeste e Sudeste é estrategicamente utilizada pelos setores dominantes no processo de consolidação e desenvolvimento do capitalismo, tornando as diferenças entre as regiões um grande motivo para sobrepô-las hierarquicamente e fortalecer

as desigualdades regionais[1]. O próprio fenômeno da seca, com determinações que extrapolam condições naturais e ecológicas, virou um verdadeiro motor que recompôs o papel da região Nordeste para a "nova" engrenagem capitalista. Isso especialmente num período em que as mudanças na estrutura fundiária e nas relações sociais que a sustentam, trazidas pela inserção da economia nordestina na especialização do trabalho, não deixavam espaços para a manutenção da antiga ordem econômica sertaneja.

Os pressupostos apresentados implicam conceber a questão regional como constitutiva da questão social no Brasil. Nessa perspectiva, as determinações da questão social são as determinações da questão regional, não sendo esta uma mera expressão daquela. Se assim compreendermos, o entendimento das particularidades da questão social no Brasil demanda o diálogo com os aspectos que compõem as particularidades da questão regional no capitalismo brasileiro.

3 A questão regional como parte constitutiva da questão social no Brasil

Ao tratarmos de questão social, considerando as reflexões apresentadas por Netto (2001) e Iamamoto (2001), identificamos alguns critérios fundamentais para a sua análise, desde os processos de exploração do trabalho até as manifestações sociais e políticas das classes subalternas e as formas de intervenção sistemática por parte do Estado. Dentre esses critérios, em primeiro lugar, o surgimento do *pauperismo*, cuja explicação demanda, dentre outros aspectos, o entendimento da chamada *lei geral da acumulação capitalista* (Marx, [1867] 1984). Um segundo momento necessário na análise dos fundamentos da questão social diz respeito às *manifestações sociais das classes subalternas*. O pauperismo só surge como problema para as classes dominantes no momento em que se torna razão de

[1] No século XX a pressão internacional do capital inglês e norte-americano desloca o Nordeste "açucareiro" pela competição inter-imperialista, centrada na "disputa agora na apropriação e controle da produção do açúcar no Caribe. Em outras palavras, a forma de produção do valor da economia açucareira daquele 'Nordeste' não encontrava formas de realização pela via do comércio internacional". (OLIVEIRA, 1981, p.35). Somado a tais determinantes, a integração nacional e, consequentemente, a nova divisão regional do trabalho tornaram indispensável a fratura da economia regional e seus circuitos internos em detrimento de uma "economia nacional regionalmente localizada" e hegemonizada pelo Sudeste como polo industrial. Esse contexto adensará a interdependência regional. "O 'fechamento' de uma região pelas suas classes dominantes requer, exige e somente se dá, portanto, enquanto estas classes dominantes conseguem reproduzir a relação social de dominação, ou mais claramente as relações de produção. E nessa reprodução, obstaculizam e bloqueiam a penetração de formas diferenciadas de geração do valor e de novas relações de produção. A 'abertura' da região e a consequente 'integração' nacional, no longo caminho até a dissolução completa das regiões, ocorre quando a relação social não pode mais ser reproduzida, e por essa impossibilidade, percola a perda de hegemonia das classes dominantes locais e sua substituição por outras, de caráter nacional e internacional". (Oliveira, 1981, p.31-32)

mobilização conferindo maior radicalidade às lutas da classe trabalhadora. Por fim, o terceiro critério refere-se às mudanças no *padrão de intervenção do Estado na questão social e suas expressões*, o que se relaciona com as formas de dominação burguesa, na combinação entre coerção e consenso. É o Estado que traduz, para os interesses da classe dominante, a forma possível do trato com as demandas dos dominados, sua equação nos limites da sociabilidade capitalista.

Esses critérios se particularizam em determinadas formações sociais como a brasileira, que herda contradições típicas de nossa origem colonial e escravocrata, bem como do desenvolvimento capitalista nos marcos da dependência. Diante disso, partimos do seguinte questionamento: como podemos relacionar esses critérios com a questão social no Brasil a partir dos estudos da questão regional?

O diálogo com a realidade e o legado do pensamento social crítico latino-americano sinalizam ao menos três processos constitutivos de nossa formação que guardam íntima relação com os fundamentos da questão social e sua particularidade regional no país, e isso por serem aspectos inseparáveis do próprio funcionamento do capitalismo dependente no Brasil: a superexploração do trabalho; a formação da classe trabalhadora envolvendo trabalhadores livres e escravizados; e o padrão autocrático de dominação burguesa. Entender como tais processos se constituem como particularidade do conjunto de determinações da questão social, demanda, a nosso ver, a análise do papel historicamente desempenhado pelo Nordeste na conformação de tais elementos.

a) A questão regional como determinação da exploração capitalista no Brasil

O papel desempenhado pelo Brasil na divisão internacional do trabalho altera a forma como os pressupostos da *lei geral da acumulação capitalista* se construíram em nossa estrutura social, política e ideológica. Na verdade, se trata da forma concreta como o capitalismo, como sistema mundial, se apresenta em nossa formação social. O desenvolvimento do capitalismo nos países centrais é inseparável da subordinação capitalista nos países dependentes. A formação da economia e sociedade nacionais voltadas para fora faz com que a classe dominante brasileira participe de forma subordinada na repartição do valor excedente. A transferência do valor produzido aqui para os países centrais induz as classes dominantes a compensarem a perda do excedente pela ampliação da exploração da

força de trabalho internamente.

A compreensão da *superexploração* demanda, portanto, a apreensão das diversas formas de constituição da superpopulação relativa. Vale assinalar que, em nossa formação social, os surtos migratórios intra e inter-regionais de força de trabalho, induzidos pelo Estado, tiveram papel relevante nesse processo. Necessários para a expansão capitalista no país e a configuração de uma (nova) divisão regional do trabalho, tais surtos operam continuamente processos de acumulação primitiva, dando sentido e atualidade, por exemplo, à existência da figura do "cambão" e demais formas não-monetárias de exploração do trabalho via coerção extra-econômica. Tais processos fomentaram uma concentração territorial de novo tipo da riqueza produzida no país, intensificando a divisão interregional do trabalho que sujeitou regiões como o Nordeste a deslocar força de trabalho para outros estados em um movimento migratório também do campo à cidade, como forma de regulação da economia, da oferta da força de trabalho, em território nacional. Porém, para Facó (1963, p.31-32), esse fenômeno também representou "na prática uma rutura com o latifúndio, um sério desfalque para ele. […] a emigração em massa de trabalhadores rurais do Nordeste […] tinha o valor de uma tomada de consciência de sua situação anterior. Viam que podiam livrar-se do punho de ferro do latifundiário [...]".

Inevitavelmente, a concentração de riquezas e sua apropriação privada representaram a socialização do trabalho e a concentração, também territorial, da pobreza em regiões que vivem o fenômeno do pauperismo de forma mais latente, refletindo alterações na composição interna da superpopulação relativa – sobretudo com o adensamento de "segmentos inferiores do proletariado, e deste para o lumpemproletariado" – e nas formas de extração de mais-valia (Guimarães, 2008). Sobre isso, vejamos o que Furtado ([1959] 2003, p.248-249) nos apresenta:

> A coexistência das duas regiões numa mesma economia tem consequências práticas de grande importância. Assim, o fluxo de mão-de-obra da região de mais baixa produtividade para a de mais alta, mesmo que não alcance grandes proporções relativas, tenderá a pressionar sobre o nível de salário desta última, impedindo que os mesmos acompanhem a elevação da produtividade. Essa baixa relativa do nível de salários traduz-se em melhora relativa da rentabilidade média dos capitais invertidos. Em consequência, os próprios capitais que se formam na região mais pobre tendem a emigrar para a mais rica.

O Nordeste, nesse sentido, cumpre um importante papel histórico, funcionando como uma verdadeira reserva de força de trabalho, ou de superpopulação relativa, no país,

garantindo o baixo custo da força de trabalho (abaixo do valor necessário para sua reprodução). Isto, no nosso entendimento, expressa uma particularidade da questão regional do capitalismo dependente, pois possui íntima relação com o processo de *superexploração da força de trabalho* (Marini, 1973).

b) Questão regional na formação da classe trabalhadora

Mesmo que já existam estudos que nos permitam identificar a relevância da questão regional na constituição da classe trabalhadora (inclusive operária) no Brasil, consideramos extremamente oportuno e pertinente o adensamento de investigações que tratem sobre a incidência das desigualdades regionais, desde a transição capitalista, e seus desdobramentos na formação da classe trabalhadora no Brasil. Supomos que tal relação está imbricada com os aspectos que gestaram e configuraram socialmente e culturalmente a classe trabalhadora na relação entre trabalhadores livres e escravizados, o que demonstra o quanto a origem colonial e escravocrata de nossa formação social interferiu nesse processo. Mattos (2008), Franco (1997), Moura (1988), Hardman e Leonardi (1982), apresentam importantes contribuições sobre esse tema.

A transição para o capitalismo foi propulsora da questão regional. Segundo Neves (2004), a partir da metade do século XIX, a ocupação de terras por uma agricultura comercial intensificada tanto pela valorização mundial do algodão como pela valorização das terras como bem econômico, provocada pela Lei de Terras de 1850, somada às demais transformações da época, fomentaram péssimas condições de vida aos trabalhadores rurais, inclusive com a grande escassez de alimentos, durante, principalmente, o início do século XX. Essa situação fez com que milhares de pessoas migrassem para as cidades em busca de melhores condições de vida, incidindo diretamente no acirramento dos conflitos sociais. A maior expressão desse processo passou a ser o êxodo rural e a carestia que consagra a seca e seus “flagelos” como um fenômeno social complexo, passando a demandar uma ação mais incisiva por parte do Estado. “Daí porque, a partir de 1915, os retirantes transformaram-se em ‘flagelados’ da seca” (Neves, 2004, p.89).

Essa transição, na medida em que alijou a força de trabalho negra do acesso aos postos de trabalho assalariado, constituiu formidável exército de reserva para o óbice da acumulação capitalista. Este contingente, contudo, é determinante para as experiências dos trabalhadores

enquanto classe, forjando práticas político-culturais de resistência e luta social desde o século XIX, produzindo verdadeira imbricação entre questão social e racial em nossa formação social. Não por coincidência o Nordeste foi cenário de um conjunto de lutas populares, tais como o Revolta do Ronco de Abelha (1851), Levante dos Marimbondos (1852), Revolta do Quebra-Quilos (1874), Guerra de Canudos (1896), bem como todo um conjunto de iniciativas que passaram a compor o movimento abolicionista em suas diferentes vertentes e épocas.

> Que foram Canudos, Juazeiro, o Contestado, Caldeirão, Pau de Colher, Pedra Bonita, que precedeu a todos, com traços mais ou menos idênticos , ao lado do cangaceirismo, que se prolongou até os fins da década de 30? Para nossa história têm sido encarados como fenômenos extra-históricos. “Banditismo”, “fanatismo” são expressões que os resumem, eliminando-os dos acontecimentos que fazem parte da nossa evolução nacional, de nossa integração como Nação […]. Mas, seriam simples criminosos esses milhares, dezenas de milhares de pobres do campo que se rebelavam nos sertões, durante um tão largo período de nossa história? Seriam apenas os “retardatários” da civilização, como os qualificava Euclides da Cunha? Evidentemente, não. […] Hoje, compreendemos e sentimos que eles eram […] o protesto contra uma ordem de coisas ultrapassada e que deveria desaparecer. (Facó, 1963, p.15-16)

A contradição estrutural da luta de classes que se conformava desdobra em um nascente “movimento pendular da violência no Nordeste algodoeiro-pecuário” (Oliveira, 2008, p.172), tendo como expressão algumas organizações que vão compor o chamado “banditismo” (Guimarães, 2008), a exemplo do cangaço nos diversos estados do Nordeste. Isso tendo em vista que a população subalternizada, ainda não completamente expropriada dos meios e instrumentos de produção (o que se lhes expropria é o produto do trabalho), passava a ter a compreensão de que “as ações coletivas, rápidas e violentas, produziam um efeito imediato quando a proteção não aparecia [...] enfim, a multidão formada pelos retirantes famintos, fundamentada em um profundo senso de justiça, consegue repor alguns elementos da ordem paternalista que lentamente se desestruturava” (Neves, 2004, p.90). Por outro lado, é um contexto em que emergem experiências importantes de luta pela terra, a exemplo do Caldeirão de Santa Cruz do Deserto (1926-1937), no Cariri cearense, que “constitui, ainda hoje, um símbolo da resistência do trabalhador rural à violência permanente de uma sociedade baseada na extrema concentração da propriedade fundiária e na desigual distribuição das riquezas”. (Martins, 2003, p.211).

O Nordeste entra, portanto, com relevância na constituição da classe trabalhadora no Brasil. Como tratar de questão social não se restringe em considerar as desigualdades, mas também contempla resistências, é possível identificar a importância da questão regional para as formas de resistência presentes na constituição dos de baixo em classe, não apenas em seu

território, mas na conformação do operariado no Sudeste do país, bem como na própria relação entre operário e camponês.

> Não havendo mudanças quantitativas e qualitativas substanciais na composição orgânica do capital, de um lado, não se gerou um novo proletariado; de outro, mantendo-se atada à armadilha da recriação de mecanismos de acumulação primitiva, os operários enfrentam-se também com a burguesia como se fossem camponeses. Essa dupla determinação da situação da classe proletária do Nordeste açucareiro- têxtil a levava a enfrentar a burguesia industrial em dois terrenos: no terreno das relações de produção capitalistas, em que a reivindicação dos ganhos de produtividade incorporadas aos salários reais não podia ser atendida, e no da reivindicação de terras ou da eliminação das formas de trabalho, semicompulsório, das formas do 'cambão', das formas de sobre-trabalho, que ponha em xeque a própria existência da burguesia industrial. (Oliveira, 1981, p.91).

A força de trabalho nordestina foi indispensável para todo o processo de desenvolvimento histórico e econômico nacional via migração interna e frentes de serviço, que levava algumas camadas de trabalhadores a encontrarem trabalho para subsistência. Tendo em vista este cenário de fortes migrações, trabalho pesado, baixos ou ínfimos salários, os trabalhadores se organizavam também na imbricação entre operário e camponês, a exemplo da Greve Geral de 1919 na Bahia e das Ligas Camponesas, com destaque para Pernambuco e Paraíba. As características desse contexto, particularmente no âmbito da luta de classes, evidenciam sua heterodoxia, que também pode ser entendida como manifestação do desenvolvimento desigual e combinado. Teríamos no Brasil a constituição de uma nova especificidade das classes sociais? Vejamos a resposta dada por Francisco de Oliveira (1981, p.81):

> [...] se na 'região' industrial começa a aparecer de um lado uma burguesia industrial e de outro um proletariado urbano, nas outras 'regiões', e especificamente no Nordeste, o conflito de classes tomará a mesma forma; sua própria subordinação criará as mesmas classes, e estas aparecerão como agentes e atores políticos, como na 'região' industrial; esse mecanismo levaria à suposição de que as diferenças que surgem serão apenas de grau, isto é, existirá nas outras regiões uma burguesia mais fraca e um proletariado mais débil, menos organizado, menos combativo. Um mecanismo desse tipo que, reconheça-se, foi de certa forma muito incentivado por uma classe de marxismo vulgar, está longe de corresponder e de utilizar o método dialético em toda sua riqueza; mais radicalmente, está longe de ser dialético.

Tais aspectos demonstram o quanto é hibrida e diversa a formação das classes sociais no Brasil e em suas regiões, tendo como exemplo disso a forma como se constituiu o proletariado rural como também a burguesia agrária no Nordeste. Ao mesmo tempo, avançava, na primeira metade do século XX, nos centros urbanos dos principais estados, o processo de

estabelecimento de indústrias, como as do ramo têxtil, que possibilitou o ingresso de grupos empresariais na região. A intensa exploração da força de trabalho com o cumprimento de uma longa jornada de trabalho em condições insalubres impulsiona a organização dos trabalhadores que fundam diversos sindicatos e partidos. A insurgência de movimentos de contestação, também influenciados pelos movimentos de carestia, tem relevância nesse período junto a contínuas greves. A oligarquia vigente, em aliança com o nascente empresariado e com os setores mais conservadores da Igreja Católica, passa a intervir mais sistematicamente junto ao Estado como forma de acionar mecanismos de controle social e combate à influência socialista e comunista. Todo esse processo ocorre no momento em que o "fenômeno climático da seca" se transforma em "fenômeno social complexo", constitutivo da história do semiárido nordestino e da conformação da questão social na região que o Estado brasileiro não poderá mais ignorar.

c) A questão regional e o padrão de intervenção do Estado brasileiro

O Estado dependente enquanto tal não assume de maneira ampla os ônus da reprodução da força de trabalho para o capital, tampouco constitui qualquer sentido de proteção social universal. A regra no Brasil é a informalidade do trabalho e a restrição no acesso aos direitos sociais, impondo limites mais rígidos ao processo de democratização da sociedade, incluindo as iniciativas de integração regional. A relação de subordinação das diversas frações da burguesia brasileira ao imperialismo as obriga ao monopólio do poder político de Estado para a garantia da porção que lhe cabe do excedente econômico. A garantia da dominação burguesa é, segundo Florestan Fernandes (2006), a contrapartida da burguesia dependente na associação subordinada ao capital internacional. Novamente, é possível observar a importância da questão regional para a consolidação da autocracia burguesa[2] no Brasil. Não à toa o Nordeste assume centralidade estratégica por parte das classes dominantes, não apenas em termos de repressão, perseguição e interrupção de importantes lutas sociais e populares, como também no âmbito da garantia de relações de produção e exploração necessárias para a manutenção da hegemonia burguesa no país via extração da

[2] A concepção de autocracia burguesa, para Florestan Fernandes, está vinculada a caracterização da forma particular de dominação burguesa no Brasil: "[...] a dominação burguesa se associava a procedimentos autocráticos, herdados do passado ou improvisados no presente, e era quase neutra para a formação e a difusão de procedimentos democráticos alternativos, que deveriam ser instituídos (na verdade, eles tinham existência legal e formal, mas eram socialmente inoperantes. [...]. Todavia, as concepções liberais e republicanas, apesar de suas inconsistências e debilidades, tornavam essa autocracia social e de fato um arranjo espúrio [...]." (Fernandes, 2006, p.243).

chamada “mais-valia extraordinária”. Isto, segundo Ianni (1981), constituiu um momento de “reconquista do Nordeste” pelas classes dominantes.

O coroamento desse processo deu-se exatamente durante a ditadura empresarial-militar desde 1964, quando, através da ideologia que atribuía ao Nordeste a condição de região perigosa, a repressão aos trabalhadores rurais organizados agudizou-se. A ideia difundida era a de que o país estava na iminência de uma verdadeira revolução no Nordeste, tendo como referência a Revolução Cubana. Isto em virtude da experiência de movimentos como o das Ligas Camponesas. “Foi assim que o imperialismo e a burguesia no Brasil decidiram transformar o Nordeste numa questão política, militar e policial prioritária” (Ianni, 1981, p.112) com a finalidade de acabar com todas as experiências democráticas que emergiam na região, a exemplo da ampliação dos direitos trabalhistas e previdenciários no campo, além dos avanços na política eleitoral. Na verdade, o que estava acontecendo no Nordeste no contexto anterior ao Golpe de 1964 dizia respeito ao que estava acontecendo e podia acontecer no Brasil.

> A verdade é que a grande burguesia monopolista (com base no imperialismo e apoiada em forças reacionárias internas, inclusive a burocracia civil e militar) estava manipulando o caso do Nordeste, a ‘inquietação social’ na região nordestina [...], a mobilização de trabalhadores rurais em ligas e sindicatos, etc., como um pretexto para derrubar o Governo do Presidente Goulart. Ao mesmo tempo em que buscava reverter o processo democrático do Nordeste, essa aliança de interesses reacionários buscava reverter o processo democrático no Brasil. (Ianni, 1981, p.115-116).

Esse período expressa também um importante marco de diferenciação entre as políticas regionais implementadas pelo Estado brasileiro. Passamos, desde o início do século XX, de um período marcado por um conjunto de ações pautadas na criação de instituições de assistência aos “retirantes”[3], articuladas aos órgãos repressivos do Estado, e no estímulo a migrações para o trabalho nos cafezais do Centro-Sul, na extração de látex nos seringais da

Amazônia, no recrutamento por parte de empreiteiras envolvidas na construção de ferrovias e rodovias através das “frentes de serviço” (Nobre, 2010), entre outras; à intervenção estatal com ênfase na demanda e na correção das disparidades inter-regionais dos anos 1950, mais voltada para a criação de órgãos como superintendências de desenvolvimento regional (a exemplo da SUDENE e SUDAM). Após esse período, acirram-se as disputas em torno das políticas e dos planos nacionais de desenvolvimento regional. Vale destacar que os dois primeiros Planos Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste foram, respectivamente, dos anos 1961-1963 e 1963-1965, na vigência da ditadura empresarial- militar. Contudo, conforme Ianni (1981, p.117):

[3] Dentre esses, o Serviço de Socorro e Assistência às Vítimas da Seca (SSAVS), Serviço Social do Estado (SSE) e o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS).

> As atividades da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Instituto do Açucar e do Alcool (IAA), Grupo Executivo da Racionalização da Agroindustria Açucareira do Nordeste (GERAN), Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (Polonordeste), Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semi-Árida do Nordeste (Projeto Sertanejo), Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindustria do Norte e Nordeste (Proterra), Programa Especial para o Vale do São Francisco (Provale), Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS) e mais o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), entre outros órgãos federais, regionais, estaduais e municipais, não melhoraram as condições de vida e trabalho dos camponeses e assalariados na agricultura, pecuária, agroindústria e outras atividades. Ao contrário, as condições de vida e trabalho de todos esses trabalhadores pioraram. Os governantes recriaram as condições de exploração prevalecentes no Nordeste antes de 1960, condições essas agravadas pela repressão política, policial. A burguesia atuante na região, e não só na agroindústria canavieira, teve as mãos livres para atuar contra os interesses de moradores, corumbás, clandestinos, peões, parceiros, arrendatários, assalariados e camponeses de vários tipos. O aparelho estatal favoreceu o retorno da superexploração dos trabalhadores rurais e urbanos, superexploração essa agravada pela aliança direta, clara e brutal do capital monopolista com o Estado. Mais uma vez, o capital reconquistava o Nordeste de forma ampla.

O empobrecimento da população trabalhadora caminhou junto a extração da mais-valia extraordinária no período da ditadura (do grande capital), fazendo com que o crescimento da taxa de exploração tenha viabilizado o “milagre brasileiro”. Já do ponto de vista do Estado, há uma substituição da retórica política antiga (regionalismo, municipalismo, etc) pela tecnocrática, do planejamento.

Como podemos observar, com a consolidação do padrão autocrático de dominação burguesa, a questão regional se agravou, tendo em vista que foi exatamente no Nordeste, região do país que havia acumulado maior “atraso social”, que as consequências do Golpe foram mais graves (Furtado, 2009). É possível identificar, portanto, uma marca na política de desenvolvimento regional no Brasil: ter sido centrada historicamente em uma concepção de Estado acima dos interesses de classes com função reguladora, que supostamente teria a capacidade de corrigir tendências do mercado, como o acesso restrito ao usufruto de emprego e renda para a maioria da população.

Esse quadro pode nos apresentar vários elementos consonantes e dissonantes com a particularidade do contexto econômico e político dos anos mais recentes, provocando ainda mais reflexões acerca do destaque para o Nordeste no processo de consolidação e aprimoramento de um determinado padrão autocrático de intervenção do Estado brasileiro.

4 Apontamentos finais

Acreditamos que o conjunto de elementos que trouxemos até aqui já situam a importância da questão regional na conformação da questão social no Brasil. Entender como se constituem como particularidade do conjunto de determinações que elencamos para a apreensão da questão social, demanda, a nosso ver, a análise do papel historicamente desempenhado pelo Nordeste na conformação dos elementos que particularizam a questão social no Brasil. A imbricação dos aspectos apresentados oferece aporte para um melhor entendimento, por exemplo, do encontro entre o grande contingente de trabalhadoras negras desempregadas e o profundo barateamento da força de trabalho destinada a cumprir as tarefas reprodutivas necessárias. Certamente a questão regional se faz aí como um componente central.

Sabendo da centralidade do Nordeste para a questão regional no Brasil, bem como para a própria concretização do capitalismo dependente na nossa formação social, como parte do sistema mundial, aprofundar os estudos sobre o papel dessa região na conformação dos fundamentos da questão social na formação social brasileira é de fundamental importância. O desafio é não nos limitarmos às expressões da questão social ao tratarmos da particularidade regional, o que é mais comum. Isso demanda persistir no esforço em relacionar os estudos acerca de cada critério e/ou determinação da questão social no capitalismo aos aspectos que constituem historicamente o Nordeste como questão regional irresoluta nesses marcos.

Como síntese dos aspectos já abordados até o momento, entender a questão regional, ontem e hoje, trata-se de um esforço coletivo por entender o próprio Nordeste no padrão de acumulação capitalista e na própria constituição e emergência da chamada questão social na realidade brasileira. Esse caminho, certamente, nos ajudará a enfrentar alguns equívocos, ainda muito frequentes, como o de buscar explicações para as desigualdades regionais em características e tendências políticas e culturais, seja de resistência, seja de conformismo, supostamente natas às regiões e aos seus habitantes.

Referências bibliográficas

FACÓ, Rui. **Cangaceiros e fanáticos**: gênese e lutas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,

1963.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 5.ed. São Paulo: Globo, [1975] 2006.

FOOT HARDMAN, Francisco; LEONARDI, Victor. **História da indústria e do trabalho no Brasil**. São Paulo: Editora Ática, 1982.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Ed. Unesp, 1997.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Ed. Cia Nacional, [1959] 2003.

FURTADO, Rosa Freire d'Aguiar. “Apresentação”. In: FURTADO, Celso. **Economia do desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 2009. (Coleção: Arquivos Celso Furtado - Vol. 2)

GRAMSCI, Antônio. **A questão meridional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **As classes perigosas**: banditismo urbano e rural. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. A questão social no capitalismo. In: **Revista Temporalis**. Brasília: ABEPSS, n.3, jan./jul. 2001.

IANNI, Octávio. **A ditadura do grande capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STÉDILE, João Pedro (org.). **Ruy Mauro Marini**: dialética da dependência e outros escritos. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, [1973] 2011.

MARTINS, Mônica. A reforma agrária no Ceará. In NADDAF, Ana. **Terra feita de gente**: uma história de emancipação social no Ceará. Fortaleza, Ceará: CETRA, 2003.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I, Tomo II. São Paulo: Abril Cultural, [1867] 1984.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Escravizados e livres**. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.

MOURA, C. **Rebeliões da Senzala**: quilombos, insurreições, guerrilhas. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social”. In: **Revista Temporalis**: ABEPSS. Brasília: ABEPSS/Grafine, ano II, n.3, jan/jul, 2001.

NEVES, Frederico de Castro. A seca na história do Ceará. In SOUSA, Simone de (org.). **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004.

NOBRE, Maria Cristina de Queiroz. **Cercas e secas na história do Ceará**: expressões da "questão social". XII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 06 a 10 de dezembro de 2010.

OLIVEIRA, Francisco de. **A Economia da dependência imperfeita**. Rio de Janeiro: Edições do Graal, 1977.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião**: Sudene, Nordeste. Planejamento e conflitos de classes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.